

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE FILOSOFIA

Departamento de graduação

Calisto Alberto Come

A educação ética como fundamento para a formação de uma sociedade: uma reflexão em

Immanuel Kant

(Licenciatura em Filosofia)

Maputo

Abril de 2026

Calisto Alberto Come

**A educação ética como fundamento para a formação de uma sociedade: uma reflexão em
Immanuel Kant**
(Licenciatura em Filosofia)

Monografia científica apresentada na Faculdade de
Filosofia da Universidade Eduardo Mondlane como
requisito parcial da obtenção do grau académico de
Licenciatura em Filosofia.

Supervisor: *Prof. Doutor* José Blaunde Patimale

Maputo
Abril de 2026

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Calisto Alberto Come Natural de Inharrime, residente em Mwamatibjana, portador do Bilhete de Identidade nº110104742917N emitido pela Arquivo de Identificação Civil de Cidade de Maputo aos 07 de 03 de 2025, declaro que este trabalho é da minha autoria sob a orientação do supervisor. Todas as fontes ao longo do trabalho estão devidamente citadas e constam das referências bibliográficas. Declaro ainda que este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para a obtenção de qualquer grau académico.

Maputo, Abril de 2026

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, pelo dom da vida, amor, e pelos sacrifícios consentidos para minha educação;

À minha esposa, Lurdes Guambe, pelo amor, companheirismo, encorajamento e ajuda moral durante minha formação;

Às minhas filhas, Sallote, Natacha, Calisa da Lurdes para que este trabalho lhes sirva de exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pelas bênçãos que me tem concedido ao longo da minha vida;

Aos meus pais, pelo dom da vida, amor, e pelo suporte moral e material que me concederam no processo da minha educação;

À minha esposa, Lurdes Guambe, pelo amor, carinho, ajuda moral durante a minha formação;

Às minha filhas, Sallete, Natacha, Calisa da Lurdes, por terem compreendido o sentido da ausência do pai durante a minha formação;

Ao meu supervisor, pela partilha de conhecimentos e diligencia no acompanhamento deste trabalho;

A todos colegas da turma, pela amizade granjeada e pelos conhecimentos partilhados durante a formação;

A todos Docente da Faculdade de Filosofia, pelos conhecimentos partilhados e experiencia de vida;

Ao CTA da FAF, pelos serviços prestados e amizade durante a formação.

KHANIMAMBO!

RESUMO

A presente monografia tem como tema *A Educação ética como fundamento para a formação de uma sociedade: uma reflexão em Immanuel Kant*. O problema desta pesquisa articula-se da seguinte maneira: que educação se deve transmitir à nossa sociedade hoje para que o homem desenvolva em plenitude as suas potencialidades? Em termos de problematização o fundamento deste questionamento assenta-se no facto de a educação do nosso tempo é, tendencialmente, unidimensional, no sentido de que ela não tem em vista despertar e desenvolver as diversas potencialidades do ser humano. O trabalho tem como objectivo geral: reflectir a educação ética como fundamento para a formação de uma sociedade: uma reflexão em Immanuel Kant os objectivos específicos são os seguintes: definir a educação moral humanizadora, identificar a essência da educação enquanto processo de humanização e discutir a viabilidade da educação moral para a sociedade moderna. A metodologia usada foi a pesquisa bibliografia auxiliada da técnica hermenêutica de análise e interpretação da informação colhida durante a pesquisa. O trabalho conclui que o papel da educação é aperfeiçoar as disposições que o homem já traz dentro de si referentes a lei moral da vida em sociedade. Assim, na pedagogia de Kant o sujeito moral é o elemento principal da educação. A instrução do homem faz parte das grandes preocupações de Kant, pois segundo ele, os homens só poderiam ser felizes na medida em que se tornassem morais e sábios, o que seria viável apenas por intermédio da educação. Kant vê na educação, mais especificamente na educação prática tendo em vista que a educação moral deve conduzir a uma convivência harmoniosa entre os homens dentro da sociedade.

Conceitos-chave: Educação; educação ética; sociedade, moralidade, formação moral

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
CAPITULO I: CONCEPTUALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM.....	10
KANT.....	10
1. Definição dos conceitos de educação, autonomia, heteronomia e moral	10
2. Breve história sobre a Educação da Antiguidade à era Moderna	14
3. O problema do conhecimento e a educação	17
4. Influências do pensamento educacional de Kant.....	18
CAPITULO II: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO MORAL DO HOMEM.....	21
1. Fundamentos da educação como prática da moralidade.....	21
2. Desafios da educação para a formação moral do homem	24
3. A importância da educação prática para a formação da consciência moral	27
4. Educação para autonomia do sujeito moral.....	29
CAPÍTULO III: PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO MORAL E SEU CONTRIBUTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	33
1. Por uma educação transdisciplinar	33
2. A Perfectibilidade como fundamento para educabilidade do homem	34
3. O Fundamento de moralidade.....	36
4. A Autonomia como fundamento da dignidade humana	37
5. Autonomia da vontade como pressuposto para a moralidade	39
6. Liberdade como condição para a lei moral.....	41
7. Educação para a autonomia e a formação ética	42
CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	47

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema: *A educação ética como fundamento para a formação de uma sociedade: uma reflexão em Immanuel Kant*. O trabalho centra-se no problema da redução da educação contemporânea a uma dimensão predominantemente técnica e científica, o que tem contribuído para a fragilização da formação moral do indivíduo e, conseqüentemente, para a crise de valores na sociedade. Essa limitação da educação compromete o desenvolvimento integral do ser humano, dificultando a formação de sujeitos autônomos, conscientes e capazes de agir segundo princípios éticos universais. Assim, coloca-se a necessidade de repensar a educação a partir de uma perspectiva moral, tal como proposta por Kant, de modo a promover a humanização do homem e a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada

Na sociedade contemporânea, apesar do avanço da escolarização, da cultura e da civilização, observa-se que ainda não se alcançou uma verdadeira moralidade. Verifica-se um acentuado desequilíbrio nos níveis de vida entre os indivíduos, associado a uma tendência crescente de redução da educação a uma dimensão unicamente técnica e científica. O desenvolvimento econômico, impulsionado pelo modo de produção capitalista, contribuiu para a valorização de uma educação voltada à formação técnica, negligenciando a formação integral do homem. Tal perspectiva unidimensional limita o desenvolvimento das capacidades humanas, comprometendo a convivência social e a construção de uma sociedade harmoniosa. Diante desse cenário, torna-se necessário repensar a educação como um processo que ultrapasse a dimensão técnica, integrando diferentes áreas do saber e promovendo a formação moral do indivíduo.

A escolha do tema justifica-se pela relevância do pensamento de Immanuel Kant no campo da educação moral, uma vez que sua proposta ultrapassa a dimensão gnosiológica, orientando-se para o desenvolvimento integral do ser humano. Do ponto de vista acadêmico, o estudo insere-se na área da filosofia da educação, contribuindo para a compreensão da relação entre educação, moralidade e sociedade. A escolha de Kant deve-se à sua profunda reflexão sobre a formação do homem como ser autônomo e moral, destacando a educação como meio essencial de humanização. Institucionalmente e profissionalmente, o tema é relevante porque oferece fundamentos para uma prática educativa voltada não apenas ao conhecimento, mas à formação ética dos educandos. Para as gerações futuras, o estudo apresenta-se como relevante ao propor uma educação capaz de formar indivíduos conscientes,

autónomos e comprometidos com o bem comum, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

A pesquisa tem como objectivo geral, analisar o papel da educação ética na formação humana e da sociedade em Kant. Constituem os objectivos específicos os seguintes: conceptualizar a educação moral em Immanuel Kant; discutir a educação e desenvolvimento moral do homem; reflectir em torno dos princípios da educação moral e seus contributos para a contemporaneidade.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa desenvolve-se por meio de método bibliográfico, recorrendo à abordagem hermenêutica, que permite a leitura, interpretação e análise das ideias centrais dos pensadores que tratam da temática. O estudo baseia-se, sobretudo, nas obras de Kant, articulando suas concepções com a realidade contemporânea.

O referencial teórico fundamenta-se na filosofia moral e educacional de Immanuel Kant, que entende a educação como um processo de humanização e formação da consciência moral. Nesse quadro, a educação moral é concebida como a formação do indivíduo segundo princípios éticos universais, não se limitando à transmissão de regras, mas visando formar um sujeito que age por dever, isto é, por respeito à lei moral.

Essa perspectiva implica a passagem da heteronomia para a autonomia. A autonomia, em Kant, consiste na capacidade da razão de legislar a si mesma, permitindo ao indivíduo agir livremente segundo princípios racionais, e constitui o fundamento da moralidade. Em contrapartida, a heteronomia ocorre quando a vontade é guiada por factores externos, como desejos ou imposições sociais, o que compromete o valor moral da acção.

Nesse processo, a formação da consciência moral é central, pois consiste no desenvolvimento da capacidade de distinguir o bem do mal e agir de forma racional e responsável. Tal formação deve ser construída internamente, através da razão, e não imposta externamente.

A relação entre conhecimento e educação é, assim, de interdependência: o conhecimento é o conteúdo da educação, enquanto a educação é o meio da sua aquisição e desenvolvimento. Em Kant, esse

conhecimento resulta da articulação entre experiência e razão, exigindo uma educação que promova não apenas saberes, mas também a capacidade crítica.

Por fim, critica-se a educação unidimensional, que privilegia apenas a dimensão técnica ou científica, negligenciando a formação ética, social e cultural. Esse modelo limita o desenvolvimento integral do indivíduo e não favorece a formação de sujeitos autónomos e moralmente responsáveis.

Tendo em vista responder aos objectivos propostos, esta pesquisa encontra-se dividida em três (3) capítulos que seguem: I: Conceptualização e contextualização da educação em Kant, esse aborda a evolução histórica da educação e os fundamentos que antecederam a educação moral; II: Educação e desenvolvimento moral do homem, analisa a construção do homem moral no pensamento kantiano, com enfoque na formação da consciência moral; III: Princípios da educação moral e seu contributo na sociedade hodierna, discute a perfectibilidade humana, a autonomia e os desafios contemporâneos da educação, com destaque para a transdisciplinaridade.

CAPÍTULO I: CONCEPTUALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM

KANT

O presente capítulo visa conceptualizar a educação e trazer a sua dinâmica evolutiva até a época moderna. A discussão deste capítulo marca uma transição de uma educação teórica que vem desde muito dominando a sociedade. Trata-se de uma educação unidimensional que esquecia o carácter moral do homem.

1. Definição dos conceitos de educação, autonomia, heteronomia e moral

Etimologicamente a palavra educação tem origem em termos latinos, tais como verbos: *educare* e *educere*. O primeiro vem de *educare* que significa amamentar, criar, alimentar. O segundo vem de *educere* que significa, literalmente, conduzir à força para fora. Trata-se do cultivo da mente, de nutrir uma cultura (Cf. AMORIN, 2012: 1). Com base na citação invocada, pode-se aperceber que o acto de educar é um processo. Portanto, é preciso educar-se constantemente o homem. Pois, “*Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos adultos, é-nos dado pela educação*” (ROUSSEAU, 1995: 10). A educação é um processo de transmissão de uma vivência, de uma cultura, de uma forma de vida que beneficia o educando, assim como o próprio educador. A educação transmite a perfectividade. Pois, nascemos imperfeitos.

Portanto, educação é a utilização de meios que permitem assegurar a formação e o desenvolvimento de um ser humano, o “ensino” é arte ou acção de transmitir os conhecimentos a um aluno, de modo que ele os compreenda e assimile. Ora, “*o ensino tem a missão de transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre*” (Cf. MORIN, 2003: 10-11).

Segundo Abbagnano (1998: 305), o termo Educação, provém do grego *notiseia*, do latim *Educatio*, em geral, designa-se com esse termo, a transmissão e o aprendizagem das técnicas culturais, que são técnicas de uso, produção e comportamento, mediante as quais um grupo de homens é capaz de

satisfazer suas necessidades, proteger-se contra a hostilidade do ambiente físico e biológico e trabalhar em conjunto, de modo mais ou menos ordenado e pacífico.

Na obra *Sobre a pedagogia* Kant (1999: 19), define a educação como uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Nesta óptica, cada geração de posse dos conhecimentos das gerações precedentes está sempre preparada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas e assim, guie toda a humana espécie ao seu destino. Nota-se nesta definição kantiana uma visão dinâmica do processo da educação. Portanto, a educação não se restringe ao programa ou plano pré-estabelecido, mas sim uma contínua revolução de acordo com os problemas que o homem pretende responder.

Kant (1999: 31-32), ao referir-se à pedagogia ou à doutrina da educação, divide a em: física e prática. A educação física é aquela que o homem tem em comum com os animais, ou seja, os cuidados com a vida corporal. A educação prática ou moral *“é aquela que diz respeito à construção (cultural) do homem para que possa viver como um ser livre. Esta última é a educação que tem em vista a personalidade, educação de um ser livre, o qual pode bastar-se a si mesmo, constituir-se membro da sociedade e ter por si mesmo um valor intrínseco”* (KANT, 1999:34).

Kant aborda a educação em duas vertentes conforme acima se disse, porém, esta discussão limitar-se-á sobre a educação prática, porque a mesma está directamente ligada a elementos que poderão responder sobre o sujeito inserido em uma educação prática ou moral, uma vez que é a partir da própria consciência que o homem se eleva a sua dignidade essencial de ser livre, e essa é a tarefa essencial da educação moral. Na educação prática, Kant (2002: 85) levanta três elementos que constituem a sua finalidade: a habilidade, a prudência e a moral. Habilidade, antes de tudo, deve ser bem fundamentada e tornar-se, pouco a pouco, um hábito do pensar. É um elemento necessário para o carácter do homem e também ao seu talento.

O segundo elemento que é a prudência, o homem deve manter o equilíbrio emocional e saber ouvir ou outros. Este, visa conscietizar o homem a esconder seus próprios defeitos e manter a aparência externa. O homem não pode ser violento para solucionar os problemas ou no momento em que é necessário conviver com eles, mas deve ser enérgico. O homem com esse comportamento aparenta mostrar aquilo que quer e isto faz com que seja respeitado sem desrespeitar o outro. O último elemento referente à

moralidade, por este definir o comportamento do cidadão, refletindo diretamente na sociedade, é quem diz a respeito do carácter. Ainda na linha sobre a divisão da educação o autor levanta três estágios: cuidado, disciplina e instrução, conforme indicado no trecho: “*Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação*” (KANT, 1996: 11). A educação é desse modo, um processo que se desenvolve dentro dessas fases. A primeira fase, denominada educação física, conforme salientado acima, consiste propriamente nos cuidados materiais prestados às crianças ou pelos pais, ou pelas amas de leite. São os cuidados tomados no sentido de prevenir para que as crianças não “*façam uso nocivo de suas forças*”.

Na segunda fase, ou estágio, a disciplina é uma necessidade visto que ela “*transforma a animalidade em humanidade (...), a disciplina é o que impede ao homem de desviar-se do seu destino, de desviar-se da humanidade, através das suas inclinações animais*” (KANT, 1999: 11- 12). A animalidade precisa ser transformada em humanidade. No entanto isso não significa eliminar a animalidade, mas domá-la para que danos sejam evitados. Para ele, é importante que seja colocada no início, na educação física. Sendo assim, as crianças são mandadas cedo à escola, não para que aprendam alguma coisa, mas para que aí se acostumem a ficar sentadas tranquilamente e a obedecer pontualmente aquilo que lhes é mandado, a fim de que no futuro elas não sigam de fato e imediatamente cada um de seus caprichos.

Ora, submissão às leis, portanto, contribuirá para que se disponham para a obediência das próprias leis, ou seja, para a autonomia. O objectivo final é chegar à moralidade, passar da heteronomia para a autonomia. É por meio da compreensão de regras externas que se desenvolve a capacidade de aceitar leis autónomas que conferem com a razão, a submeter-se aos preceitos da razão. Portanto, é preciso acostumá-lo logo a submeter-se aos preceitos da razão. Porém uma observação aqui se levanta: “*O mestre não deve mostrar predileção alguma, nenhuma preferência a um aluno em relação aos outros, pois a lei deixaria de ser geral. Quando a criança observa que os outros não estão submetidos à mesma lei que ela, torna-se rebelde*” (KANT, 1999:78).

Progredindo, a terceira fase, a instrução, por sua vez, se desenvolve em três outras: alcançar as habilidades, a prudência e a moralidade. A habilidade é a capacidade da realização instrumental dos fins, isto é, a capacidade de concretização dos fins idealizados pela liberdade, guiando-se pela razão. A habilidade deve antes de mais nada, ser bem fundada e tornar-se pouco a pouco um hábito do pensar e da formação pragmática útil, mas para os fins da razão.

A prudência por sua vez é entendida como formação civilizadora para convivência social: um agir adequado nas relações sociais apontando para o fato de que a capacidade de civilidade consiste ainda em uma adaptação. Nesse sentido, tanto a habilidade quanto a prudência se acham vinculadas ao empírico e se encontram no processo da moralização.

A última fase, a moralidade, é o estágio da autonomia, da formação do carácter, da realização ética, em outras palavras significa a humanização. É preciso considerar que, para Kant, não há um alcance final, a realidade sempre impõe situações e limites que exigem retomar a formação pela educação, mas, ao mesmo tempo, ele vê a possibilidade do progresso do indivíduo e da espécie no caminho para a moralização. Esse processo é, pois, também de auto-educação, em que o próprio educador se educa. É na mesma linha que Freire (1996: 2) diz que é necessário que desde os começos do processo, fique cada vez mais claro que, embora diferentes entre si (por um ser educador e outro ser educando) quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado.

Segundo Mora (1978: 26) chama-se autonomia ao facto de uma realidade se reger por uma lei própria, distinta de outras leis, mas não forçosamente incompatível com elas. No vocabulário filosófico, o termo “autonomia” costuma empregar-se em dois sentidos principais. O primeiro sentido ontológico: Segundo este, supõe-se que certas esferas da realidade são autónomas em relação outras. Assim, quando se postula que a esfera da realidade orgânica se rege por leis distintas das da esfera da realidade inorgânica, diz-se que a primeira é autónoma relativamente à segunda. Essa autonomia não implica que uma esfera determinada não se rege também pelas leis de outra esfera considerada como mais fundamental. O segundo sentido ético, afirma-se que uma lei é autónoma quando tem em si mesma o seu fundamento e a razão própria da sua legalidade. Abbagnano (1998: 97), afirma que Kant concebe a heteronomia como contraposição à autonomia em que a vontade é determinada pelos objectos da faculdade de desejar. Os ideais morais de felicidade ou perfeição supõem a heteronomia da vontade porque supõem que ela seja determinada pelo desejo de alcançá-los e não por uma lei sua (própria).

Moral em um sentido amplo é sinnimo de ética como teoria dos valores que regem a acção ou conduta humana, tendo um carácter normativo ou prescritivo. Em um sentido mais estrito, a moral diz respeito aos costumes, valores e normas de conduta específicos de uma sociedade ou cultura, enquanto que a ética considera a acção humana do seu ponto de vista valorativo e normativo, em único sentido mais genérico e abstrato. Pode-se distinguir entre uma moral do bem que visa estabelecer o que é o bem para

o homem a sua felicidade, realização, prazer, e como se pode atingi-lo e uma moral do dever, que representa a lei moral como um imperativo categórico, necessária, objectiva e universalmente válida: o dever é uma necessidade de se realizar uma acção por respeito à lei (Kant). Segundo Kant “*a moral é a esfera da razão prática que responde à pergunta: O que devemos fazer?*” (MORA, 1978: 191).

2. Breve história sobre a Educação da Antiguidade à era Moderna

Torna-se fundamental apresentar o itinerário sobre como o processo educacional foi tratado ao longo da história da filosofia para depois situar a proposta da educação para o desenvolvimento moral. A história da educação permite-nos então compreender a evolução, os processos de mudança, as etapas, as acelerações, os abrandamentos, e permite-nos fazer um balanço mais claro e, sobretudo mais inteligível da situação da educação actual. Dá-nos também, pelas comparações que vai permitir elementos de reflexão e de compreensão indispensáveis à cultura geral do educador.

Segundo Aranha (2005:31), as primeiras civilizações surgiram no norte da África e na Ásia especificamente em países como: Egito, Babilónia, Hindu, China e Índia. Apesar das diferenças entre essas civilizações, a principal semelhança reside no facto de todas acreditavam que o poder absoluto do rei ou imperador tem origem divina. Por exemplo, no Egito o faraó era considerado o supremo sacerdote e filho do deus Sol, e na China o imperador era considerado Filho do Céu. “*Os povos da Antiguidade oriental não dispõem de uma reflexão especialmente voltada para a educação, porque esse saber e essa prática se encontram viradas às tradições religiosas recebidas dos ancestrais*” (ARANHA, 2005: 41). Havia nessa era pouca reflexividade perante as normas pré-estabelecidas. Pode com certeza se dizer que era uma educação conservadora na medida em que predominava simplesmente o processo de memorização, e por conta disso, pouca criatividade.

O marco que dá os primórdios do desenvolvimento da educação remonta-nos aos tempos homéricos dos séculos IX a VIII a.C. É denominado período Homérico porque foi nessa época que viveu Homero autor das obras *Ilíada* e *Odisseia*. Trata-se de uma época marcada por concepções mitológicas expostas em forma de poemas para explicar o mundo. As virtudes que deveriam ser mais apreciadas nesses heróis são: coragem, a força física, a habilidade no uso de armas, o poder de persuasão através do discurso e,

principalmente, a lealdade. Essa educação tinha como objectivo transmitir as vivências dos heróis para que a nova geração pudesse incorporá-los e viver como eles.

Destacou-se na mesma época outra figura de renome, Hesíodo, poeta que viveu por volta do final do século VIII e princípios do VII a.C., dono da obra *Teogonia- Os trabalhos e os Dias* inicia uma abordagem que busca a individualidade do homem, em Hesíodo a interferência dos deuses sobre a acção humana é minimizada. A educação proposta por Hesíodo exalta o esforço pessoal e individual.

O melhor de todos é aquele que pensa por si, compreendendo o que em seguida e no fim será melhor; bom é também aquele que obedece a quem bem o aconselha; mas quem não sabe pensar por si, nem ao escutar outrem [...] esse é pelo contrário, inútil. Mas tu, lembrado sempre das minhas recomendações, trabalha, [...] para que a Fome te odeie e para que te estime a venerável Deméter de formosa coroa e te encha de Víveres a casa. Pois a fome acompanha o homem preguiçoso (HESÍODO, 2005: 104).

Importa sublinhar que Hesíodo reconhece-se a capacidade pessoal que o homem tem para fazer os seus próprios trabalhos sem a interferência radical dos deuses, essa forma contribuiu bastante para a formação das bases ideológicas que permitiram o surgimento da democracia na Grécia. Contudo, foi com o nascimento da filosofia na Grécia que a educação se tornou num hemisfério sólido e bem considerado, ao colocar o homem e a razão no centro da aprendizagem, ou seja, ao deslocar o debate da cosmogonia à cosmologia. Essa transição constitui um marco importante para compreender a educação, o homem, o saber, e a natureza. Foi uma era da instauração da lógica para compreender a realidade. Trata-se da época dos filósofos pré-socráticos nos séculos VII-VI a.C..

Com a entrada da geração sofística, a virtude não mais se acredita na origem divina, mas sim, na capacidade que o cidadão tem para discutir e deliberar nas assembleias. Por causa dessa mudança conceptual, os sofistas são conhecidos como os criadores da educação intelectual. “*Além disso, ampliam a noção de Paidéia: de simples formação de criança estendendo-se à contínua formação do adulto capaz de pensar sobre si mesmo a cultura do seu tempo*” (ARANHA, 2005: 43).

Nesta fase, Sócrates é tido como a figura emblemática na história da filosofia, teceu algumas críticas à forma como os sofistas tratavam os seus alunos. Sócrates tinha uma metodologia que deixava os jovens a reconhecer a sua própria ignorância. Trata-se do método que ficou conhecido por socrático, caracterizado pela ironia e maiêutica. Diferentemente dos Sofistas, Sócrates defendia a máxima “*conheça-te a ti mesmo*” na qual pretendia produzir dentro do homem um conhecimento recto das virtudes humanas, isto é, um intelectualismo ético.

Na Idade Média a razão defendida na antiguidade grega cai por terra e a religião surge como um elemento aglutinador. Era a Igreja que controlava todas as nobres Instituições do Estado: políticas, económicas, sociais. Trata-se de um momento da expansão do Cristianismo, por conta disso a educação estava sobre a responsabilidade dos monges. A filosofia da Idade Média divide-se por dois grandes períodos: Patrística e Escolástica. “No período da Patrística encontramos Santo Agostinho, na sua obra *De Magistro* defendendo a ideia segundo a qual o fim último da educação é a conversão, dado que, o objectivo da educação era de formar um homem cristão, perfeito e capaz de obedecer aos mandamentos de Deus” (Cf, ARANHA 2005: 70).

No período da Escolástica, conhecido como a mais alta expressão da filosofia cristã medieval, que se desenvolveu entre o século IX-XIV, tendo recaído com o advento do Renascimento. Denomina-se Escolástica por ser a filosofia ensinada nas Escolas. O parâmetro da educação no período medieval se funda na concepção do homem como criatura divina, privilegiava a vida religiosa, estava virada à formação de padres. O lema da educação nesse período era de ensinar que “os homens estão de passagem na terra e que deveriam cuidar, em primeiro lugar, da salvação da alma e da vida eterna” (ARANHA, 2005: 73).

Prosseguindo, na época moderna fortifica-se no século XVII, trata-se de uma época de capital produção do intelectualismo, por causa da sua defesa ao antropocentrismo. Um dos marcos importante no que diz respeito a esse aspecto é o debate sobre a Teoria do Conhecimento, essa questão incumbiu filósofos como Descartes, Bacon, Locke, Hume e Spinoza. Diferentes nas abordagens, mas enraizados no uso do método como meio que busca a verdade. Descartes, considerado o pai da modernidade, introduziu um tipo de reflexão que se contrapõe à tradição escolástica. Ao expor a razão como meio de atingir a verdade pelo uso da dúvida metódica. Surge então o problema da dúvida. Descartes defende que o uso bem dirigido da razão leva o homem à verdade. Contrariamente a Descartes, que vê a razão como ponto de partida para atingir o conhecimento, Locke desenvolve uma linha de pensamento empirista, afirmando que não existe nada na razão que não passou primeiro dos órgãos dos sentidos. A experiência está acima da razão. Ao criticar o racionalismo de Descartes, Locke desenvolve uma concepção infantil da mente e da educação.

Destaca a importância do papel do mestre ao proporcionar experiências fecundas, que auxiliem a criança no uso correcto da razão. No século XVII, as ideias obtidas a partir do racionalismo e empirismo influenciaram os pedagogos, cada vez mais se interessavam pelo método e realismo na educação.

3. O problema do conhecimento e a educação

Pela complexidade que é a formação do conhecimento, reconhece-se que é necessário primeiro tratar dele, porque só tendo acesso a ele é que o homem pode se educar. Ao abordar o processo do conhecimento, refere-se a uma síntese dos elementos intelectuais e empíricos. As ideias sem conteúdos são vazias e as intuições (percepções sensíveis) são cegas. As ideias sem um conteúdo empírico correspondente são inoperantes, e a experiência sensível sem o poder de organização que o intelecto lhe proporciona também é inoperante. Portanto, deve-se compreender o processo da formação do conhecimento para se educar o homem. As argumentações que Kant utilizou nas teorias sobre a possibilidade da formação do conhecimento, ou seja, sobre o processo que pode levar o homem a conhecer, levam a considerar que consequentemente esse homem do conhecimento pode estar em uma situação facilitadora para se educar, por considerar que a educação vem de dentro para fora.

Kant teve fortes influências das teorias do conhecimento para que pudesse ter esse procedimento. De um lado o racionalismo de Descartes, Spinoza e Wolff, ao teorizarem sobre o poder da razão humana e por outro lado Kant afirma a tradição do empirismo britânico, sobretudo de Hume, que o acorda, segundo ele, de seu sono dogmático, ou seja, da aceitação sem provas da capacidade da razão de funcionar como o racionalismo o pretendia.

No que diz respeito à elaboração do conhecimento, na sua estruturação e em seus significados, não se resume apenas no momento da estreita relação do sujeito do conhecimento com o objecto que irá interpretar. O sujeito faz uma interpretação dos fenómenos que se encontram nas coisas e, essa coisa como é tratada por Kant, a coisa-em-si, não pode ser conhecida, porque o conhecimento é algo além do mundo sensível. Assim, também, compete ao educador procurar compreender o que está além das experiências e só em um processo transcendental que essa compreensão é possível.

Duas questões surgem ao abordar o processo de conhecer e a possibilidade de educação: Como se pode pensar na educação sem primeiro ter “conhecimento” de sua necessidade e utilidade? Como o homem

poderia pensar em mudança e transformação sem ter conhecimento de um processo educacional para avaliar suas vantagens e desvantagens?

4. Influências do pensamento educacional de Kant

Segundo de Souza júnior (2005:15-16) no século em que Kant viveu, a Alemanha sofreu influências resultantes do processo de transformação económica pela expansão da indústria, do comércio e por ser afectada pelo modo de produção capitalista. Isso na visão de Kant trouxe uma repercussão negativa na concepção de educação do indivíduo e não do colectivo. Não que Kant estivesse em plenas condições de formar o indivíduo com a visão da colectividade ou transdisciplinar. Porém, a educação nada pode quando o sujeito inserido no processo não consegue absorver o que ela pretende. É compromisso também da educação educar o homem para ler criticamente a realidade, para ter consciência do seu lugar no mundo e na sociedade e para que sua identidade seja respeitada. A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. *“Cada geração de posse dos conhecimentos das gerações precedentes está sempre melhor aparelhada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas e assim, guie toda a humana espécie ao seu destino”* (KANT, 1999: 19).

A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens. De fato, os conhecimentos dependem da educação e esta, por sua vez, depende daqueles. Sendo assim que pode se afirmar que há uma dependência entre os dois (o conhecimento e a educação), isto é, não há conhecimento sem educação, assim como não há educação sem conhecimento.

A educação não progride de forma brusca, mas sim de maneira gradual. O desenvolvimento da arte de educar acontece à medida que cada geração transmite à seguinte os seus saberes e experiências; esta, por sua vez, acrescenta novas contribuições e as repassa às gerações posteriores.

Outros acontecimentos que merecem destaque ao mencionar Kant e que tiveram importância para sua formação intelectual são: a Reforma Protestante do século XVI, O Iluminismo e a Revolução Francesa do século XVIII, que abalaram as estruturas do conhecimento humano, passando a ter reflexos na educação, na religião e na moral, constituindo-se em conteúdos a serem discutidos

Com a educação actual, o homem não atinge plenamente a finalidade da sua existência. Na verdade, há muita diversidade no modo de viver ocorre entre os homens. Sendo assim, não pode acontecer uma

uniformidade de vida, a não ser que ajam segundo os mesmos princípios, e seria necessário que esses princípios se tornassem como que uma segunda natureza para eles. Como refere Kant (2002:17) só podemos trabalhar num esboço de educação mais conveniente e deixar indicações às gerações futuras, as quais poderão pô-las em prática pouco a pouco.

Para que os homens se tornem morais e sábios, e, portanto, felizes, é preciso que sejam educados. É devido à complexidade acima levantada que o autor escreveu: *“Como poderíamos tornar os homens felizes, se não os tornamos morais e sábios?”* (KANT, 1999: 28).

Ora, segundo o autor para que os homens se tornem morais e sábios e, portanto, felizes é preciso que sejam educados e, assim, afirma seu propósito: *“com a educação presente, o homem não atinge plenamente a finalidade da sua existência (...) podemos trabalhar num esboço de educação mais conveniente e deixar indicações aos pósteros, os quais poderão pô-las em prática pouco a pouco”* (KANT, 1999: 17).

Segundo Feyerabend (1977: 9), o sistema capitalista exigia uma educação disciplinada e voltada para o trabalho produtivo, o que não correspondia aos ideais kantianos de educação. Nessa época, Kant tem a concepção de que a organização social da Alemanha estava bastante distante dos ideais do esclarecimento, devido ao despotismo político e falta no sistema educacional de seu país de princípios universais advindos de uma moralidade apriorística, os quais aplicados ao processo educativo levassem os homens à liberdade e a felicidade.

Conforme se levanta acima que um dos factores que marcou a história de Kant, propiciando-lhe contribuições valiosas foi o iluminismo Alemão. Este iluminismo contribuiu para o trabalho de Kant, porque apresentava um discurso voltado para o indivíduo pensando em sua emancipação e liberdade, isto é, no pensar de maneira autónoma. *“Kant concebia o iluminismo com um processo de libertação do homem de um estado de imaturidade, e subjugação, que impossibilitava o exercício da liberdade e autonomia”* (DE SOUZA JÚNIOR, 2005: 23). À educação cabia a obrigação de preparar o homem para esse novo mundo em ascensão que trazia uma transformação cultural, económica e, sobretudo, moral e religiosa. Isso faz considerar que o homem pensado por Kant ainda se encontrava em uma condição idealista, pois estava submerso em um conjunto de valores que lhe era imposto, impedindo que sua emancipação pudesse ser concretizada.

Ora, na Antiguidade, o homem tinha uma visão geocêntrica das coisas; na Idade Média concebia um ideal teocêntrico e na Época Moderna defende uma visão antropocêntrica. Partindo do ponto de vista que o pensamento contemporâneo encara os problemas da educação, da moral e da religião tendo o homem como o centro, entende-se assim que as coisas devem ser compreendidas e resolvidas a partir do próprio homem.

A Reforma Religiosa acabou sendo um acontecimento que afetou a sociedade não só no aspecto religioso, mas passou a repercutir na economia e na educação, propiciando a Kant dar maior ênfase a sua visão crítica da realidade. Diante dessas mudanças se fez nascer uma nova sociedade, fruto de uma verdadeira reforma, que não se pode apenas restringir à questão religiosa, porque a concepção de trabalho também sofreu transformações, sendo um elemento revolucionador que fragilizou as estruturas sociais por estar lidando com as bases económicas e com o poder.

CAPITULO II: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO MORAL DO HOMEM

Neste capítulo discute-se a construção do homem moral no pensamento kantiano. Para essa discussão é necessário abordar, inclusive, sobre a formação da consciência moral, como esta aparece nas acções de forma autónoma ou heterónima, e de como é possível tratar de uma liberdade moral. Uma discussão que tem por objectivo tecer sobre algumas obras de Kant para justificar a possibilidade de pensar no homem moral. Uma consciência moral que deve estar comprometida com o dever, com o ser cidadão e com a religião. Esse estudo de Kant sobre a formação da consciência moral consequentemente tratou da construção do homem moral.

1. Fundamentos da educação como prática da moralidade

A habilidade e a prudência são aprendidas pelo que se chama de cultura, mas a cultura apenas não basta. Em nossos dias, falta educação moral. A habilidade e a prudência dizem respeito ao temperamento e à primeira formação do carácter. Mas essa formação depende essencialmente da educação moral.

Vivemos em uma época de disciplina, de cultura e de civilização, mas ela ainda não é da verdadeira moralidade. Nas condições actuais pode dizer-se que a felicidade dos Estados cresce na mesma medida que a infelicidade dos homens. E não se trata ainda de saber se seríamos mais felizes no estado de barbárie, no qual não existiria toda essa nossa cultura, do que no actual estado. De facto, “*como poderíamos tornar os homens felizes, se não os tornamos morais e sábios?*” (KANT, 1999:28). Note-se, a moralidade kantiana não pode ser uma simples adição da cultura e da civilização. Ela envolve mais que isso, um tipo de passagem para o reino da liberdade, uma passagem que, entretanto, pressupõe os passos preparatórios da cultura e da civilização. Na visão de Kant a humanidade está distante para alcançar o estágio final da moralização, porque:

Quando se trata da educação, Kant prioriza a formação humana. A educação para ele, tem como compromisso tornar o homem um ser moralista, procurando tratá-lo de forma prática com as possíveis transformações que estão a sua volta. Foi por uma revisão crítica dos fundamentos do saber e do agir iluminista através da crítica da razão (teoria e prática) que Kant iniciou uma pedagogia de rigor, destinada a formar um homem universal e racional, marcado pelo carácter e pelo domínio que nele exerce a racionalidade universal.

A formação da consciência moral, para Kant, deve nascer de forma independente dentro de cada sujeito, proporcionando a este uma liberdade. Quando há uma imposição de regras, na qual o homem se vê na obrigação de obedecê-las, não há moral nem autonomia. A coacção não é moral, visto que é uma vontade que vem de fora, não nascendo do sujeito moral. A consciência moral deve estar comprometida com o dever, com o ser cidadão e com a religião. Esse estudo de Kant sobre a formação da consciência moral consequentemente tratou da construção do homem moral. Tanto a *Crítica da Razão Prática* quanto a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* se propõem, antes de mais, estudar o papel activo desempenhado pela razão pura na consciência moral e, apresentar ou desenvolver uma teoria moral com todas as implicações práticas que ela comporta.

Kant aponta para a moralidade que se se quiser solidificar o carácter moral das crianças, urge ensinar-lhes: deveres para consigo mesmas e deveres para com os demais. “*O dever para consigo mesmo, porém, consiste, diga-se, em que o homem preserve a dignidade humana em sua própria pessoa. O homem, quando tem diante dos olhos a ideia de humanidade, critica a si mesmo. Nessa ideia ele encontra um modelo, com o qual se compara a si mesmo*”. (KANT,1999:91).

Nesta sequência da formação moral do homem, KANT (1999: 86) frisa que, para formar um bom carácter, é preciso antes dominar as paixões. No que toca às inclinações, os homens não as devem deixar tornarem-se paixões. Antes, devem aprender a privar-se um pouco quando algo lhes é negado. Para aprender a se privar de alguma coisa é necessária coragem e uma certa inclinação. É preciso acostumar-se às recusas e à resistência. Mas não é só com abstinências que se forma um carácter.

Sendo assim, para Kant (1999:26) toda educação visa basicamente à moralização, mesmo que os participantes individuais, agindo em um nível pré-moral de cultura e civilização, estejam frequentemente despercebidos desse objectivo maior. A criança, segundo a concepção kantiana, obedece a leis desde o nascimento. Então, quando se quer formar o carácter das crianças, urge mostrar-lhe em todas as coisas num certo plano, certas leis, as quais ela deve seguir fielmente. educação moral. Essas três partes da educação prática “mapeiam” os três estágios abordados na obra *Sobre a Pedagogia* de Kant.

A educação proposta por Kant centra-se nos objectivos seguintes: disciplinar o homem, neste ponto procura-se impedir que a animalidade do homem prejudique o carácter humano, tanto no indivíduo como na sociedade. Portanto, a disciplina consiste em dominar a selvageria. Em segundo deve tornar o

homem culto. A cultura abrange a instrução e vários conhecimentos. A cultura é a criação da habilidade e esta é a posse de uma capacidade condizente com todos os fins que almejamos. A educação deve também cuidar para que o homem se torne prudente, que ele permaneça em seu lugar na sociedade e que seja querido e tenha influência. Deve, por fim, cuidar da moralização. *“Não basta que o homem seja capaz de toda espécie de fins; convém também que ele consiga a disposição de escolher apenas os bons fins. Bons fins são aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, fins de cada um”* (MORENTE, 1980: 256).

No que refere à moral construída, tratando-se da autonomia, Morente (1980: 257) afirma que a vontade é autônoma quando dá a si mesma sua própria lei. A autonomia é pensada por Kant como a negação de toda determinação vinda de fora, ficando em oposição à heteronomia. A moral considerada como imposta é compreendida na heteronomia kantiana, porque a moral é heterônoma quando recebe passivamente a lei de algo ou de alguém que não ela mesma.

A colocação acima torna perceptível que a educação em Kant valoriza a autonomia, discute a possibilidade do homem livre, sendo uma liberdade que tem em vista ao comprometimento moral, que requer do homem acção e expressão. Para que fique mais claro, procurar-se-á demonstrar, na teoria de Kant, como são definidas a autonomia e a heteronomia dentro da moralidade, ou seja, de uma consciência moral.

Não basta termos um homem culto e prudente, mas pouco disposto a conduzir sua vontade na senda dos bons fins, ou seja, um homem que faça mau uso de sua liberdade. Portanto, é preciso habituar o educando a suportar que a sua liberdade seja submetida ao constrangimento de outrem e que, ao mesmo tempo, dirija correctamente a sua liberdade. *“É necessário que ele sinta logo a inevitável resistência da sociedade, para que aprenda a conhecer o quanto é difícil bastar-se a si mesmo, tolerar as privações e adquirir o que é necessário para tornar-se independente”* (FÁVERO, 2003: 142).

A lei moral imposta é vazia para o sujeito, não há uma reflexão ou um entendimento sobre as normas e o porquê delas existirem. Sendo assim, não se pode julgar o homem moral simplesmente como aquele que obedece, porque a moral, na perspectiva kantiana, é uma liberdade interna que proporciona ao homem sua independência.

2. Desafios da educação para a formação moral do homem

O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Note-se que ele só pode receber tal educação de outros homens, os quais a receberam igualmente de outros. Portanto, a falta de disciplina e de instrução em certos homens os torna mestres muito maus de seus educandos. Na mesma linha, Westbrook e Teixeira, em referência a Dewey (2010: 15), salientam que as crianças não chegam à escola como lousa limpa na qual os professores poderiam escrever as lições sobre a civilização. Quando a criança chega à classe, já é intensamente activa e a incumbência da educação consiste em assumir a actividade de orientá-la, porque quando a criança inicia sua escolaridade, leva em si quatro impulsos inatos: o de comunicar, o de construir, o de indagar e o de expressar-se de forma mais precisa que constituem os recursos naturais, o capital para investir, de cujo exercício depende o crescimento activo da criança.

Para Kant (1999:33) é somente a partir da educação que o homem pode alcançar com plenitude, sua humanidade, pois, a educação o constroi, fazendo com que ele seja capaz de gozar a sua liberdade. A liberdade plena só pode ser alcançada a partir do momento em que o homem compreende que deve cumprir a lei moral e capaz de cumpri-la. Portanto o papel da educação é aperfeiçoar as disposições que o homem já traz dentro de si referentes a esta lei. Como afirma a corrente inatista *“nascemos trazendo em nossa inteligência não só os princípios racionais, mas também algumas ideias verdadeiras, que, por isso, são ideias inatas”* (CHAUI, 2000: 85). Mas como é infinitamente importante ensinar às crianças a odiar o vício por virtude, não pela simples razão de que Deus o proibiu, mas por ser desprezível por si mesmo.

“De outro modo, elas (as crianças) pensariam facilmente que o vício poderia ser praticado e que seria permitido, se Deus não o houvesse proibido, e que Deus bem poderia fazer uma excepção em seu favor” (KANT, 1999: 27). O homem pode ser ou treinado, disciplinado, instruído, mecanicamente, ou ser em verdade ilustrado. Treinam-se os cães e os cavalos; e também os homens podem ser treinados. Entretanto, não é suficiente treinar as crianças; urge que aprendam a pensar. Devem-se observar os princípios dos quais todas as acções derivam.

Uma coisa, porém, tão digna de observação para uma mente especulativa quanto triste para o amigo da humanidade é ver que a maior parte dos grandes não cuida senão de si mesma e não toma parte nas interessantes experiências sobre a educação, para fazer avançar algum passo em direcção à perfeição da

natureza humana. A educação, na concepção kantiana, tem que superar os erros tradicionais da pedagogia, a qual via como solução uma nova formação de professores, preparar o docente para a nova era que emerge e na qual se refaz uma leitura dos erros, e criar uma educação que possa falar em uma linguagem que esteja de acordo com as exigências e necessidades humanas. Segundo Cambi (1999: 362), o objetivo da educação para Kant, é transformar a animalidade em humanidade pelo desenvolvimento da “razão”, tal objectivo não se atinge “por instinto”, mas somente pela ajuda de outrem.

Kant (1999:16) afirma que quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto; quem não tem disciplina ou educação é um selvagem. Não só a selvajaria do homem como também os problemas da desumanização do homem protagonizados por outros homens, somente a educação pode criar mecanismos para a sua resolução. Porém, não é qualquer educação. Somente a educação enquanto um processo libertário pode curar os problemas da desumanização acima referidos, uma pedagogia que visa a moralidade. *“Para que as condições concretas que limitam a autonomia sejam transformadas, é preciso reinventar o mundo de hoje e a educação é indispensável nessa reinvenção”* (ZATTI, 2007: 63).

Quando Kant (1999: 12) refere-se à pedagogia, tem a nítida convicção de que a disciplina transforma a animalidade em humanidade e ao se analisar a história, em seus períodos transitórios, constata-se que uma geração educa a outra. Na *Crítica da Razão Pura*, Kant (2001: 577) afirma que a coação, graças à qual a tendência permanente que nos leva a desviar-nos de certas regras é limitada e finalmente extirpada, chama-se disciplina. Distingue-se da cultura, que deve simplesmente proporcionar uma aptidão, sem com isso destruir uma outra já existente. Assim, a disciplina é considerada por Kant (1999: 12-13) como a única forma que tem o poder de guiar o homem para o mundo das normas, onde ele pode viver em colectividade. Logo, a disciplina é puramente negativa porque o homem estaria deixando sua selvageria e instruindo-se para que adquira um comportamento sociável, e a instrução, pelo contrário, é a parte positiva da educação. Neste sentido, a educação submete o homem às leis da humanidade e começa fazê-lo sentir a força das próprias leis.

O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. O homem só pode receber tal educação de outros homens, os quais a receberam igualmente de outros. Portanto, a falta de disciplina e de instrução em certos homens os torna mestres muito maus de seus educadores (KANT, 1999:15).

A escola é uma cultura obrigatória. Prejudica-se à criança, se se a acostuma a considerar tudo um divertimento. A educação deve ser impositiva; mas nem por isso, escravizante. Deve haver regras para tudo aquilo que pode cultivar entendimento. É também muito útil abstraí-las, para que o entendimento proceda não apenas mecanicamente, mas tenha consciência da regra que segue. De tal forma que aponta que impede o homem de desviar-se do seu destino, de desviar-se da humanidade através das suas inclinações animais. Sendo assim, a disciplina prepara o caminho para a parte positiva da educação, que é a formação ou a cultura. É por isso que para Kant (1999:62) a criança, portanto, deve ser habituada ao trabalho. É na escola onde a tendência ao trabalho deve ser mais cultivada.

É de salientar que Kant não vê a educação como um simples dado, um mero acto mecânico, pode-se entender que ele a concebe como um processo contínuo, pois o resultado final pretendido passa pelo processo educacional sobre o qual repousa a perfeição não só do indivíduo, mas também da raça humana, ou seja, da espécie humana. Tomar então o acto educativo como processo em sua forma objectiva implica fases distintas. A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes.

Para a efetivação dessa conduta, compete ao educando aprender, mas não em quantidade apenas e sim com profundidade, “*Vale mais saber pouco, mas sabê-lo bem, que saber muito, superficialmente*” (KANT, 1999: 87). Por conseguinte, uma acção tenderá a ter mais sucesso se o homem estiver dotado de um conhecimento sólido. Dessa forma, na definição kantiana, a educação deve formar o homem e levá-lo a sua própria dignidade, que consiste em torná-lo capaz de escolher fins e propósitos que sejam bons e universais para todos. Esse é o projecto de uma sociedade esclarecida segundo Kant.

O fundamental da educação proposta por Kant é que ela tem como objectivo a moralidade. A moralidade diz respeito ao carácter e conforme citamos acima, “*se se quer formar um bom carácter, é preciso antes domar as paixões*” (KANT, 2002: 86). O sujeito moral é aquele que sabe moderar as suas inclinações, as suas tendências, suportando e acostumando-se a suportar, a recusar, a resistir a elas, não as deixando se transformar em paixões.

Para Kant (1999: 16-17), educar é pensar em desenvolver a natureza humana. É entusiasmante pensar que a natureza humana será sempre melhor desenvolvida e aprimorada pela educação, pois só pela educação o homem pode alcançar a felicidade futura. Essa é a ideia posta pelo Iluminismo kantiano.

Uma ideia não é outra coisa senão o conceito de uma perfeição que ainda não se encontra na experiência. Dessa forma, Kant argumenta que a ideia de uma educação que desenvolva no homem todas as suas disposições naturais é verdadeira absolutamente e este deve ser objectivo da educação.

3. A importância da educação prática para a formação da consciência moral

Ao atribuir à moral a responsabilidade pela boa acção, também se atribui essa responsabilidade à razão. Foi uma grande descoberta para Kant quando percebeu, na *Crítica da Razão Pura*, a necessidade de tratar a razão prática, pois tudo o que a razão pura apresenta só tem um verdadeiro sentido quando se pode ver uma possibilidade prática. Mesmo que Kant seja criticado no campo da moral pela sua discussão teórica, sempre apresentou o caminho para a possibilidade prática. Para o filósofo, na *Crítica da Razão Prática* (2002: 93) a possibilidade moral deve preceder a acção; pois nesse caso não é o objecto e sim a lei da vontade o fundamento determinante da acção.

A consciência moral direcciona o homem para uma acção na qual o mesmo é dirigido pela razão. Todavia, a razão no campo da moral é a razão prática, uma razão que deve ditar as normas das acções dos homens, mesmo porque é impossível imaginar um povo sem qualquer conjunto de regras no mundo moral. Na possível formação de uma consciência moral, é a razão que indicará os deveres e as acções para a consciência. A razão produz uma consciência moral, na qual se pode analisar a possibilidade prática. O homem não encontra essa possibilidade na metafísica nem na experiência, mas em si mesmo. Foram evidências que fizeram com que Kant pudesse encontrar na moral elementos para justificar que esta indica sobre fins, e que estes fins são aquilo que se pretende realizar.

Sendo assim, a educação pode e deve proporcionar à formação de uma consciência moral priorizando a autonomia, e consequentemente a liberdade, porque a liberdade moral é a liberdade dos impedimentos que provêm do ser humano, das paixões e das necessidades que a razão determina, e um acto moral deve nascer da vontade pura. Segundo a interpretação de Morente (1980: 258), em Kant a vontade moral pura é a vontade autónoma.

O que possibilita ao homem ter consciência, ao mesmo tempo podendo não ter consciência de tais consequências, é quando Kant se refere à autonomia e à heteronomia, ou seja, uma moral que pode ser construída pelo sujeito ao tratar da autonomia, e por outro lado, uma moral imposta ao sujeito ao tratar

da heteronomia, na qual o homem apenas recebem as normas que o conduzem à sociedade, não tendo liberdade para avaliar sobre o que é bom ou mal para si mesmo.

O homem, responsabilizado pela formação de sua consciência moral, deve ter também a convicção de que é o único responsável para lidar com as situações. A formação da consciência moral é uma possibilidade e não uma determinação. Se isto ocorre pela imposição, não deve ser considerado como moral. Só em função da razão é que o homem pode ter consciência da vontade, da liberdade e das limitações de suas acções na prática social.

Para Challaye (1966: 195), a moral não pode repousar na experiência. Sendo assim, a única forma que o homem poderia encontrar para desenvolver uma consciência do dever, ou mesmo da liberdade e de sua autonomia, seria pela sua razão. Quando se menciona a consciência moral, já se antecipa que existe no indivíduo a formação dessa consciência, que o remete à punição ou à proibição das acções, um controle que ele próprio estabelece sobre sua conduta.

Quando o homem desenvolve sua consciência moral, assumindo um compromisso moral com o seu eu e com a sociedade pelas boas acções e cumprindo seu dever, este mesmo homem não praticaria acções imorais porque sua própria consciência o condenaria. Mas quando se refere a uma sociedade em que a educação não apresenta uma estrutura para educar o indivíduo com essa perspectiva do dever, considerando esse dever como elemento que compõe o juízo sintético a priori, ter-se-á uma sociedade que ainda cumpre com o dever pela imposição ou cobrança, porém ainda não tem uma consciência moral do fazer por dever.

Toda acção humana está calcada na permissão e na proibição e a razão é o elemento responsável para a elaboração de leis morais, que orientam as acções, formando, assim, a moralidade. A moralidade diz respeito ao homem moderado, o homem que sabe moderar as paixões em função da formação do bom carácter. É preciso educar a si próprio para as recusas e ser resistente frente aos desejos “*o homem tem necessidade de sua própria razão. Precisa formar por si mesmo o projecto de sua conduta*” (KANT, 1999: 12). Importa frisar que a formação do carácter acima referido deve ser de tendência universal conforme o autor diz: “*agir de tal modo que a máxima da nossa acção possa valer ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal, é o que nos pede o Filósofo*” (KANT, 1959: 8).

O homem conduzido pela razão tem plena consciência de seus deveres, consegue atingir sua autonomia e ter a plena convicção de sua liberdade moral. Este homem sabe quais são os seus deveres como cidadão, e como ser humano. Foi pensando nesse espírito crítico que se tomou a liberdade de abordar a educação moral em uma visão kantiana. O indivíduo deve desenvolver pela educação sua racionalidade e descobrir por si mesmo como agir moralmente. A consciência moral dirige a conduta dos homens e fornece-lhes razão para as acções. Neste sentido “*a consciência moral é então desmascarada como um sentido que o homem adquiriu em virtude de certas conveniências sociais ou de certos processos naturais e que pode desaparecer logo que essas conveniências deixem de vigorar*” (MORA, 1978: 51). O homem tem o privilégio de aprender a viver em sociedade. Isto também é aprender a respeitar a esfera dos valores e dos bons costumes que uma determinada sociedade exige.

4. Educação para autonomia do sujeito moral

Para Ferreira (1988: 276), uma boa educação exige a presença de uma preceptora capaz de aplicar as indicações que Kant preconizava, mas implicava, acima de tudo, um empenho dos pais na criação de um ambiente doméstico equilibrado e exemplar. Ora, toda a acção parental tem consequência no comportamento dos filhos, sendo assim o papel dos pais na educação, seja ela formal ou não é fundamental. Para enfatizar esta ideia, Rousseau (1995: 8) lembra-nos que é os pais são extremamente importantes, pois eles como primeiros educadores de um novo ser tem responsabilidades sobre toda a vida desse novo indivíduo, e é deles a tarefa de conseguir educa-lo.

Na visão de Fávero (2003: 140) para Kant o homem é um conjunto fechado de possibilidades, constituindo a programação natural de cada ser. Esse para Kant é o conceito de uma perfeição que ainda não se encontra na experiência. A educação é um todo complexo na formação do homem-indivíduo, na obediência àquilo que o caracteriza como bom cidadão, distante dos vícios, do erro e da imoralidade, mostrando uma fiel obediência. Portanto, a espécie humana é obrigada a extrair de si mesma pouco a pouco, com suas próprias forças, todas as qualidades naturais que pertencem à própria humanidade.

É preciso dar liberdade à criança desde a primeira infância e em todos os seus movimentos (salvo quando pode fazer mal a si mesma), [...] com a condição de não impedir a liberdade dos outros, como no caso de gritar ou manifestar a sua alegria alto demais, incomodando os outros; deve-se-lhe mostrar que ela pode conseguir seus propósitos, com a condição de que permita aos demais conseguir os próprios; por exemplo, nada se fará que lhe seja agradável, se não fizer o que desejamos, ou seja, aprender o que lhe é ensinado, e assim por diante; é preciso provar que o constrangimento, que lhe é imposto, tem por finalidade ensinar a usar bem a sua

liberdade, que a educamos para que possa ser livre um dia, isto é, dispensar os cuidados de outrem (KANT, 1999:33).

Educar o indivíduo para a autonomia é educá-lo para a vida. Segundo Fávero (2003: 151), essa autonomia tem que ser uma conquista do sujeito que se encontra no processo educacional para atingir sua individualidade. Esta ideia é congruente ao pensamento de Nogenha ao afirmar que “*O dever de cada um, e de cada raça, é lutar pela própria individualidade, para mantê-la e desenvolvê-la. Portanto, orai e amai a vossa raça*” (NGOENHA, 2014: 72).

Porém, educar para a autonomia acima referida, cabe os educadores orientarem o educando conforme se descreve: A virtude era considerada por Locke como uma qualidade absolutamente necessária a um homem de boa família que se queria estimado pelos outros e por si mesmo. Kant descreve esse sujeito pensando no aspecto moral e religioso, no qual a educação familiar tem um peso considerável por serem os pais os únicos responsáveis para principiar a formação dos filhos com essa finalidade. É claro que a educação não se limita aos pais propriamente ditos, mas ao objecto formador ou um preceptor, como definia Locke.

O homem virtuoso seria capaz de renunciar aos próprios desejos que não estivessem legitimados pela razão, mas para isso seria necessária uma boa aprendizagem na qual a responsabilidade pela educação ficaria a cargo tanto dos pais quanto da escola, porque a educação não é sinónimo de escola, ela tem que vislumbrar o homem como um todo. Os pais, sendo vistos como os primeiros educadores dos filhos, devem exercer uma autoridade sobre eles, quando pequenos, para que os mesmos não se aproximem da vida desregrada e dos vícios que possam comprometer sua conduta moral. Segundo Lago (2002: 101- 102), o educador tem como papel, modelar a conduta e formar o espírito; estabelecer em seu discípulo os bons hábitos, os princípios da virtude e da sabedoria; dar-lhe pouco a pouco uma ideia do mundo; desenvolver nele a tendência a amar e a imitar tudo o que é excelente e elogiável e, para conseguir esse intento, fazê-lo vigoroso, activo e industrioso.

Kant utilizou, como exemplo para suas críticas sobre as teorias educacionais, uma educação rigorosa na qual a conduta moral era prioridade. A educação que Kant recebeu foi de uma grande dedicação à vida espiritual, herdada dos pais, reflectindo em toda sua vida futura, enfim, uma educação que se ocupava com a autonomia do homem. A boa educação é aquela que garante a posteriori a qualidade de vida do indivíduo, porque a razão se encarrega disso, é ela que proporciona ao homem sua emancipação na

perspectiva kantiana. Sendo assim, pode-se dizer que Kant não foi um educador, tendo em vista que se interessou pela educação enquanto formadora de um sujeito autónomo. Suas valiosas críticas à educação se estendem até hoje, por tratar-se de uma educação para a formação do cidadão, a formação do homem moral.

A educação deve conduzir um jovem cavalheiro desde a infância, pois acredita que os homens são [...] bons ou maus, úteis e inúteis, pela educação que têm recebido. Entende também que a educação deve estar voltada para a vida e [...] não consiste em aperfeiçoar os jovens em alguma das ciências, senão em abrir suas mentes, preparando-os para que possam utilizar qualquer delas quando necessitarem (LAGO, 2002: 93-94).

O homem não pode viver em função dos seus caprichos, porque, se assim fosse, a sociedade não seria disciplinada e dificilmente poderia ser pensada uma vivência colectiva que fosse produtiva e organizada. Para Kant (2002: 14), um erro no qual se cai comumente na educação, é o de não se lhes opor nenhuma resistência durante a juventude, porque estão destinados a comandar. É de salientar que o homem moral, na perspectiva kantiana, tem consciência de suas obrigações, deveres e limitações. A concepção de moral no pensamento kantiano permite pensar em uma sociedade na qual o homem deve agir de boa maneira, tratando bem a humanidade, sua própria pessoa e cada ser humano. Esse homem deve possuir uma consciência moral que não apresente uma relação com os membros dessa sociedade, tratando os apenas como meio, mas também como fins.

Um aspecto que Kant (2002: 18) ressalta é que, quando se trata da educação, a família é essencial, pois o indivíduo humano não pode cumprir por si só essa destinação, logo, cabe aos pais encontrar um modo de educar seus filhos. Dessa forma, a criança aprende as regras e como obedecê-las, porém as regras devem ser compreendidas a partir de seus significados para terem seus valores. O homem só pode respeitar as regras e obedecê-las com responsabilidade a partir do momento em que assimila e descobre a necessidade da existência delas e quais são os seus fins.

Sendo assim, a educação familiar é fundamental no preparo da criança para a instrução. Para uma criança disciplinada e de uma conduta moral acentuada, a instrução era apenas um complemento para defini-la como um todo, porque o homem, sem esse pré-requisito, seria transformado pela intuição em apenas um homem mecânico, um objecto social conduzido pela sociedade sem a preocupação com a reputação moral, na qual as virtudes passam a ser, para ele, meros conceitos abstractos. Portanto, para Lago (2002: 101), o preceptor não deve ser somente um homem bem educado; é preciso que conheça o

mundo, é saber dizer os costumes, os gestos, as loucuras, as mentiras, as faltas do século em que o destino lhe tem lançado e, sobretudo, do país em que vive.

CAPÍTULO III: PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO MORAL E SEU CONTRIBUTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

1. Por uma educação transdisciplinar

A transdisciplinaridade tem por objectivo desfazer as fronteiras que o paradigma da simplificação colocou entre as disciplinas, em que cada disciplina investiga o seu objecto de estudo. A transdisciplinaridade como desafio para a educação surge da decorrência dos problemas que a humanidade vem colocando a partir do século XXI. Esses problemas desenvolvem-se pelo facto de haver uma educação fragmentada em disciplinas isoladas e incomunicáveis. Essa incomunicabilidade entre disciplinas fracciona o objecto de estudo central de toda a educação que é o homem. A transdisciplinaridade é sim, um desafio, pois, ela está em momento de construção. Sendo assim que se coloca este desafio a sociedade hodierna como forma de buscar a comunicação nas diferentes áreas de conhecimento.

A educação proposta por Kant não se limita apenas aos aspectos técnicos e teóricos, nem somente inclinada aos parâmetros da religiosidade, ela visa também aculturar o homem, pode se considerar uma educação orientada por preceitos universais. *“Freire e Kant são contrários à educação que se restringe ao treinamento, eles entendem educação como processo de formação da totalidade do humano”* (ZATTI, 2007: 71). Segundo Santos (2008: 74), a transdisciplinaridade tem sua origem no teorema de Godel, autor que, em 1931, propôs distinguir vários níveis de realidade, e não apenas um nível, como entende o dogma da lógica clássica. Com a colocação acima a educação não mais se limita ao serviço da técnica e questões epistemológicas, ela abrirá também espaço para os diferentes tipos de conhecimento, seja ou não verificável.

O que parece faltar hoje à humanidade é a empatia e a concórdia, a união, o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento. Buscam-se as inclinações e ouve-se pouco a razão universal. Kant, entretanto, mostra o caminho da moralidade e desperta no ser racional o que para ele é uma grande luz. A luz da razão. O homem é livre na medida em que se submete à lei moral que ele próprio legisla e é a existência da lei moral objectiva que torna possível o reino dos fins. Contudo, tem que se ter em conta a ideia segundo a qual, quer a filosofia, quer as outras ciências visam o homem, tem que haver uma relação de complementaridade. Pois, todas as ciências são humanas. É necessário que se perceba esse facto para que os pesquisadores tenham responsabilidades, a ciência deve existir como um conjunto de

conhecimentos que respondem os problemas da humanidade. Ora, sendo que a educação encontra os seus fundamentos no homem, Kant aborda que a educação deve desenvolver as diversas dimensões do homem, sejam praticas e teóricas, ou por outra como diz Morin a educação deve ser orientada para o conhecimento da condição humana.

A transdisciplinaridade é uma teoria científica que se difere por absoluto com uma doutrina. Uma doutrina é um sistema de ideias fechadas, que vive sempre recitando o seu criador. Por exemplo, quando se quer defender uma ideia a partir daquilo que “*Marx disse, Lenine disse. Uma teoria pelo contrário, é um sistema aberto [...] aceita a biodegradabilidade, isto é, ser rejeitada e condenada à morte*” (MORIN, 2002a: 30). Na transdisciplinaridade, os resultados das ciências do cérebro, do espírito, das ciências sociais, da história das ideias devem retroagir sobre o fenómeno que pretendem estudar. Cada uma das ciências deve articular de forma competente com as outras que ligadas formam aquilo que Morin chama de anel epistemológico.

Os conceitos que induzem à transdisciplinaridade, são vários, destacando-se conceitos como: interdisciplinaridade, multidisciplinaridade. Esses três conceitos são de difícil definição, pois, contêm fundamentações polissémicas. Numa primeira instância Morin diz que interdisciplinaridade pode significar uma pura aglutinação de disciplinas numa mesma mesa, mas cada uma lutando pelos seus objectivos. Mas também na interdisciplinaridade pode haver troca e cooperação, o que faz dela uma dimensão útil.

Portanto, precisa-se em primeiro lugar de uma educação que vai para além das disciplinas isoladas. Trata-se de um olhar aberto entre as variadas áreas do saber, onde diferentes disciplinas serão aglutinadas e agregadas o que Morin (2003a: 107), chama de inter-poli-transdisciplinaridade. Esse conceito científico tem uma vitalidade pelo facto de não aceitar o fechamento disciplinar.

2. A Perfectibilidade como fundamento para educabilidade do homem

O nosso autor afirma que “*O homem tem necessidade de cuidados e de formação. A formação compreende a disciplina e instrução*” (KANT, 1999:14). Contudo, não é possível fazer uma reflexão sobre a educação sem reflectir sobre o próprio homem. Sendo assim, para falar da educação deve se começar pela natureza humana e encontrar nela algo que constitua o núcleo fundamental onde se sustenta o processo de educação (que é a finitude humana). “*A educabilidade do ser humano tem como*

fundamento o seu inacabamento, inconclusão e a sua consequente vocação ontológica e histórica de humanizar-se” (FREIRE citado por MONTEIRO, 2006:156). O homem carece, além do que chama de cuidados, superar sua animalidade quando infante para atingir sua humanidade, e esse vir a ser se dá por meio da educação, é um *continuum* individual e da espécie. Por isso, diz: “*O homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz*” (KANT, 1999: 15). Ora, “*Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos adultos, é- nos dado pela educação*” (ROUSSEAU, 1995: 10). Portanto, tudo o que o homem não tem ao nascer, e de que precisa adulto obtém pela educação. Apreende-se daí que a educação é uma necessidade, o que pode ser ainda identificada de várias formas, dentre elas porque a criança ao nascer é totalmente dependente de cuidados e de protecção física, é carente de ser alimentada e protegida, o que requer, desde cedo, uma pedagogia do cuidado com vistas ao destino, ao fim do homem, a sua humanização.

Para Freire (1979: 27) torna claro que a educação é resposta da finitude da infinitude, a educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Deste modo, na sua consciência do inacabamento, somente pela educação ele pode superar alguns aspectos da sua finitude e também, através da educação o homem caminha para a perfeição, através de uma busca realizada pelo homem como um sujeito. Marcondes (1997: 189) em referência a Pascal diz que o homem é um ser pequeno diante da natureza de Deus, um ser finito e limitado, porém, capaz de se elevar por sua consciência e por seu pensamento, o que o destaca dos demais seres da criação. Na verdade, ao contrário dos demais animais que, embora incompletos, não possuem historicidade, o ser humano reconhece a sua própria condição de inacabamento. Ele tem consciência de que não está concluído. É justamente aí que se encontram as bases da educação como um fenómeno exclusivamente humano: na incompletude do homem e na consciência que ele tem dessa condição. Por isso, a educação configura-se como um processo contínuo, que se mantém permanente tanto pela inconclusão humana quanto pelo constante devir da realidade.

A finitude do homem e a consciência da mesma finitude e a sua inconclusão, faz nascer no homem a capacidade de criação. E a educação é mais autêntica na óptica de Freire quanto mais desenvolver esta capacidade ontológica de criar. De Jesus (2013: 5), na resenha sobre mestre ignorante de Rancière diz

que a educação não servirá para dotar a sociedade de uma ordem; o que poderá essencialmente fazer será fomentar a racionalidade. Afirma ainda que a proposta não é construir sábios, mas sim, trazer aos que vivem na obscuridade de um mundo esquecido, sem vulto e sem voz, o caminho da luz e da compreensão do mundo, entendendo-o e participando como sujeito.

A educação é ainda uma necessidade porque o ser humano para superar e desenvolver sua humanidade precisa libertar-se da menoridade, o que por si só é difícil. Para isso, ele precisa da educação. É difícil o homem por si só passar da animalidade para a humanidade uma segunda natureza a ser alcançada por meio da educação. A educação também é necessária para que os homens atinjam a maioridade. É pela educação que se atinge a autonomia e a moralidade como condições para uma vida ética, a finalidade da educação. Daí a pergunta: *“Quanto tempo deve durar a educação? Até o momento em que a natureza determinou que o homem se governe a si mesmo”* (KANT, 1996: 33).

Outra razão de a educação ser necessidade é que, ao nascer, a criança, o ser humano, não é nem bom nem mau por natureza, mas apresenta tendência para, e daí a necessidade da educação para que não venha depender de vícios, sendo desde cedo educada para uma futura autonomia. Ele mesmo responde a pergunta que faz: o homem é moralmente bom ou mau por natureza? Não é bom nem mau por natureza, porque não é um ser moral por natureza. Torna-se moral apenas quando eleva a sua razão até aos conceitos do dever e da lei.

3. O Fundamento de moralidade

A moralidade tem os seus critérios e fundamentos, contudo importa saber qual é o fundamento da moralidade das acções e qual é o critério para avaliar a sua moralidade? À resposta à primeira questão, Kant afirma que o fundamento da moralidade das acções é a racionalidade, isto é, a autonomia da vontade, que implica o cumprimento do dever por dever. Como se pode observar no texto abaixo:

Conforme Kant (2009:179) todos os conceitos morais têm sua sede e origem na razão, e isso, aliás, tanto na razão humana a mais comum, quanto na especulativa em sua mais alta medida; que eles não podem ser abstraídos de qualquer conhecimento empírico e, por isso, meramente contingente; que é exactamente nessa pureza da sua origem que está a sua dignidade para nos servirem como princípios supremos.

O objecto da vontade é moralmente bom quando nós o queremos por um princípio bom, mas não é possível dizer o contrário, isto é, que um princípio seja bom quando prescreve um objecto bom. Por essa razão o princípio da moralidade não é o conteúdo, mas sim a forma (a lei em si).

4. A Autonomia como fundamento da dignidade humana

O termo autonomia vem do grego, auto e nomos, que significa a capacidade de estabelecer e seguir normas do seu próprio agir. Entretanto, a autonomia da vontade é o princípio supremo da moralidade e o fundamento da dignidade humana e, do respeito devido ao ser moral ou pessoa. Como o autor explica no texto a seguir:

[...] embora nos representemos em pensamento pelo conceito de dever uma submissividade a lei, nos representemos ao mesmo tempo, no entanto uma certa sublimidade e dignidade naquela pessoa que cumpre todos os deveres. Pois, na verdade não há nela qualquer sublimidade na medida em que está submetida a lei moral, mas há- de certamente, na medida em que ela é ao mesmo tempo legislante com respeito a mesma lei e a esta só por isso está submetida, [...] nem o medo, nem a inclinação, mas unicamente o respeito pela lei é aquela mola propulsora que pode dar um valor moral a acção (KANT, 2001: 283).

Como se pode constatar, Kant defende que nossa vontade na medida em que subordina a uma legislação universal, que ela própria elaborou, é digna de respeito, pois:

É legisladora universal;

Só tem de obedecer à razão, isto é, a lei que impõe a si mesmo, constituindo-se como sua própria lei;

Não está dependente das inclinações sensíveis proveniente da disposição para a animalidade. Portanto, o que caracteriza a vontade é a propriedade de constituir sua própria lei, ou seja, ela é autónoma. A autonomia é a escolha da moralidade que permite ao ser humano tornar-se moral ou pessoa. Esse novo estatuto de pessoa confere-lhe dignidade e valor absoluto. Como se pode concluir através das palavras do próprio Kant:

Ora, eu digo: o homem e de modo geral todo o ser racional existe como fim em si mesmo, não meramente como meio à disposição desta ou daquela vontade para ser usado a seu bel-prazer, mas tem de ser considerado em todas as suas acções, tanto as dirigidas a si mesmo quanto ao outros, sempre ao mesmo tempo como fim[...] Os seres cuja existência não se baseia, é verdade, em nossa vontade, mas na natureza, têm, no entanto, se eles são seres desprovidos da razão, apenas um valor relativo, enquanto meios, e por isso chamam-se coisas; ao contrário, os seres racionais denominam-se pessoas, por sua natureza já os assinala como fins em si mesmo, isto é, como algo não pode ser usado

meramente como meio, por conseguinte como algo que restringe nessa medida todo o arbítrio (e é um objecto de respeito) (KANT, 2001:239-241).

Neste texto compreende-se que de acordo com Kant, respeitar a pessoa é tratá-la como fim em si mesmo. Todavia, o contrário disso, é tratar a pessoa como instrumento ou um meio para alcançar qualquer outro fim. Por esta razão, escravizar seres humanos, explorar a sua força de trabalho, usá-los como cobaias para testar os efeitos produzidos pelos medicamentos ou drogas, entre outras coisas, é instrumentalizar o homem, assim ignorando e desprezando o seu estatuto de pessoa. Esta ideia retomada de Kant é tão importante, pois mostra-nos que o ser humano pelo facto de ser pessoa tem direitos, independentemente do seu estatuto social, sexo, cor, etnia, religião, etc.

Além de ensinar a moral, há outros fins que a educação deve objectivar, tais como: ensinar as crianças a aprender a pensar e a praticar a virtude. O nosso autor ainda questiona, como tornaremos os homens felizes, sem os tornar morais e sábios? Com esta mecânica, mas devem sustentar-se em princípios. Uma educação pública (escolar) completa é aquela que é capaz de reunir simultaneamente a instrução e a formação moral, assim como promover e aperfeiçoar a educação privada (doméstica) que prepara o indivíduo para a vida.

Há que frisar que Kant tem uma visão optimista em sua defesa por uma educação moral, ao considerar que pela educação é possível que a humanidade se aperfeiçoe do ponto de vista moral. Este optimismo kantiano é sustentado por De Assis afirmando que *“na realidade, apesar das dificuldades existentes entre homens na convivência social em que manifestam os interesses individuais, o destino da humanidade edificado pela razão prática é a perfeição moral do bem”* (DE ASSIS, 2007:7). Neste excerto, nota-se o optimismo de Kant em relação à perfeição moral da humanidade que iria efectuar-se futuramente.

Kant reconhece que a educação inicialmente é imperfeita, mas ela deve contribuir para o progresso moral da humanidade em seu todo. Como pode perceber-se nesta citação: *“Com a educação actual o homem não alcança inteiramente o fim de sua existência. [...] Mas podemos trabalhar num esboço de uma educação mais conveniente e deixar indicações aos pósteros, os quais poderão pôlas em prática pouco a pouco”* (KANT, 1997: 17-18). De acordo com o exposto, é preciso ter como pressuposto a convivência social do homem e, a boa convivência social é aprendida por meio de uma educação voltada

para a formação moral e humana. A convivência com os outros exige de cada um o conhecimento e o aprimoramento, não apenas das artes e das ciências, mas, acima de tudo, das leis civis e morais.

Ademais, Kant chama à atenção daqueles educadores que possuem uma formação muito limitada, em que a moralidade e a humanidade não fazem parte de seus ensinamentos. Isso significa que os educadores devem ser os primeiros a possuírem uma boa educação. Como se pode entender nesta citação:

A arte de educar ou pedagogia deve, portanto, ser raciocinada, se ela deve desenvolver a natureza humana de tal modo que esta possa conseguir o seu destino. Os pais, os quais já receberam uma certa educação, são exemplos pelos quais os filhos se regulam. Mas se estes devem tornar-se melhores, a pedagogia deve tornar-se um estudo; de outro modo nada se poderia dela esperar e a educação seria confiada a pessoas não educadas correctamente [...] de outro modo, esta não se tornará jamais um esforço coerente; e uma geração poderia destruir o que uma outra anterior tivesse edificado (KANT, 1997: 21-22).

Nesse sentido, quando falamos de objectivos educacionais temos em mente um certo desempenho esperado daqueles que educamos. Deve ser a finalidade da educação conduzir crianças, adolescentes, jovens e adultos numa dinâmica de crescimento e amadurecimento moral, por meio do conhecimento e prática dos valores morais. A educação não será adequada se não atentar na educação do carácter. A educação do carácter é o carácter da educação. O carácter é o segredo de uma vida de integridade e excelência ética, portanto, uma forte educação do carácter capacita a pessoa a fazer escolhas éticas.

5. Autonomia da vontade como pressuposto para a moralidade

O conceito de autonomia da vontade só pode ser compreendido se primeiro compreender-se o conceito de liberdade, ou seja, a autonomia pressupõe liberdade. A liberdade comporta dois sentidos, um negativo em que a liberdade é entendida como independência da vontade em relação às leis da natureza e o outro sentido positivo que é autodeterminação da vontade e a este aspecto positivo da liberdade Kant chama de autonomia, entendida como capacidade de criação de leis para si mesmo através da razão. Assim se expressa Kant: “*Autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças a qual é para si mesma a sua lei independentemente da natureza dos objectos do querer*” (KANT, 2001: 85). Quer dizer, escolher de modo que a sua máxima se torne ao mesmo tempo uma lei universal. A autonomia da vontade é o único princípio moral que deve ser um imperativo categórico que manda simplesmente esta autonomia.

Kant propõe uma moral autónoma. Para este filósofo, a lei moral deve surgir da vontade e essa tem que ser formal, isto é, uma ordem da razão. A moralidade surge como autonomia, através da qual o homem

se dá sua lei independente da natureza, alei que possibilita a liberdade como ser da razão, enquanto um fim em si mesmo. Daí que em Kant “*a ideia de liberdade está inseparavelmente ligada ao conceito da autonomia, e a este o princípio universal da moralidade, o qual a ideia está na base de todas acções de seres racionais como a lei natural está na base de todos os fenómenos*” (KANT, 2001: 102). O que significa que sem liberdade não há autonomia. A liberdade comprova a sua existência através das leis derivadas da razão pura para a efectivação das escolhas que emanam de princípios práticos.

A autonomia distingue-se da heteronomia pelas seguintes razões: enquanto a autonomia consiste na criação da sua própria lei, ou seja, lei de si mesmo, a heteronomia consiste na determinação exterior. A vontade busca as leis na natureza e essas leis tornam possíveis imperativos hipotéticos. Esses imperativos, no entendimento de Kant actuam como: devo fazer alguma coisa porque quero qualquer outra coisa. Ao contrário, encontra-se a autonomia que representa imperativos morais categóricos que actuam como: devo agir desta ou daquela maneira, mesmo que não quisesse outra coisa. Por exemplo: “*não devo mentir, se quero continuar a ser honrado, este diz não devo mentir ainda que o mentir não me trouxesse menor vergonha*” (KANT *apud* REALE e ANTISERI, 1990: 86). Ou seja, enquanto a heteronomia obedece vontades alheias, a autonomia busca a sua própria lei, por essa razão Kant afirma: a lei moral nada mais expressa do que autonomia da vontade, isto é, “*liberdade que sem dúvida é também condição formal de todas máximas, pois somente obedecendo a ela é que elas podem harmonizar como a suprema lei prática. Liberdade, autonomia e formalismo estão indissociavelmente ligados*” (REALE e ANTISERI, 1990: 916).

Portanto, Kant interioriza a lei moral e mostra que os homens não só podem agir moralmente, mas também devem fazê-lo. Somente obedecendo à lei pode-se chegar a harmonia suprema, portanto a liberdade pressupõe autonomia. A liberdade, autonomia e formalismo são conceitos indissociáveis, pois, a lei moral nada expressa do que autonomia da razão pura prática, isto é, liberdade. A liberdade é a condição formal de todas máximas, pois só assim podem harmonizar-se com a suprema lei prática.

A liberdade fundamenta-se na autonomia da vontade e é a chave da explicação da autonomia da vontade, o que significa que sem liberdade não há autonomia. Kant considera toda moral que se baseia no conteúdo como heteronomia, é por isso que todos filósofos anteriores a Kant são considerados heterónomos, a título de exemplo temos o sentimento físico de Epicuro, que se baseava na sua ética no sentimento de prazer.

Todo tipo de ética que busca algo do exterior como por exemplo a felicidade, é uma ética heterónoma, visto que introduz fins materiais. A ética segundo Kant não deve atropelar a pureza da intenção e da vontade. Nesse sentido, a ética de que parte dos conceitos de dever e boa vontade e termina com a liberdade do homem através da sua razão, é uma ética universal que se sustenta na ideia de imperativo categórico. Essa ética ensina a agir segundo uma máxima da vontade tal que ao mesmo tempo queira se torne uma lei universal. Kant apresenta uma ética universal, que propõe normas universais válidas para todos os seres racionais. Neste contexto, percebe-se claramente que Kant tentara na sua filosofia moral, mostrar a liberdade do homem. Pois se compreende que o homem deve agir somente sob a ideia de liberdade, entendida como independência às determinações exteriores.

6. Liberdade como condição para a lei moral

O conceito de liberdade apresenta duas definições, uma negativa, que entende a liberdade como sendo obediência às leis da natureza e que age segundo determinações alheias à razão, e uma definição positiva, que entende a autonomia da vontade como conceito positivo da liberdade, que é também princípio da moralidade de todos os seres racionais.

Kant concebe a autonomia como propriedade da vontade que tem em si uma lei universal. No entendimento de Kant a razão pura em si mesma é prática, pois, determina a vontade sem que entrem em jogo outros factores. A consciência de que existe um facto da razão (lei moral) esse facto só pode ser explicado através da liberdade.

Portanto, a consciência do imperativo que a razão possui não faz outra coisa se não ordenar substancialmente a liberdade, pois, sem a liberdade o dever não teria sentido. Daí que *“a liberdade é a característica própria daquela vontade que pode ser determinada pela pura forma de lei, sem necessidade de conteúdo, o que é ligado à lei natural do fenómeno”* (REALE e ANTISERI, 1990: 915). Portanto, a vontade só pode ser determinada pela simples forma de lei representada pela razão e não pelas leis naturais que regem os fenómenos.

É neste sentido que Kant afirma que a liberdade só pode ser entendida à luz da moral e pela razão prática, pois, primeiro conhece-se a lei moral (dever) como facto da razão e depois inferimos a liberdade como fundamento e condição.

7. Educação para a autonomia e a formação ética

A colocação acima torna perceptível que não é possível formar para a autonomia sem uma educação da vontade. No entanto, não é mais possível pensar a vontade guiada infalivelmente pelo imperativo categórico, mas é possível pensar a educação de uma vontade que seja guiada por princípios racionais desde que o entendimento de razão seja de uma razão que não é transcendental nos moldes kantianos. Por isso, não se pensa a educação da vontade como subordinação da vontade à moralidade, mas sim, pensa-se numa educação da vontade no sentido

Conforme afirmamos acima, Freire e Kant são contrários à educação que se restringe ao treinamento, eles entendem educação como processo de formação da totalidade do humano. Por isso, para ambos, um dos elementos imprescindíveis na educação é a formação ética. Essa formação é indispensável para que as pessoas respeitem sua própria dignidade, a dignidade dos demais e sejam autênticos. A autonomia pressupõe a dignidade e autenticidade humana. Em consonância com isso, apontamos a formação da vontade como uma questão importante para a educação que queira formar para a autonomia hoje, tendo em vista a frequente estetização da vida, que promove o isolamento e a massificação (ZATTI, 2007: 71).

A disciplina é necessária para que a vontade não seja corrompida, para que a animalidade seja coagida a fim de que a razão guie o homem. Considera-se vontade autônoma aquela guiada pelos princípios da razão, e o princípio da razão prática que garante a autonomia da vontade é o imperativo categórico. Assim, a liberdade está em poder dar a si a própria lei, que é lei moral e determina que o sujeito haja por dever. No pensamento kantiano, o que garante a dignidade e a autonomia é a exigência da universalidade, e não o desenvolvimento da racionalidade instrumental, como pensavam os iluministas.

Segundo Mora (1978: 26) em menção a Kant refere que no sentido ético, uma lei é autônoma quando tem em si mesma o seu fundamento e a razão própria da sua legalidade. Este sentido foi elaborado especialmente por Kant. Na sua Fundamentação da metafísica dos costumes, por exemplo, Kant indica que a autonomia da vontade é a propriedade mediante a qual a vontade constitui uma lei por si mesma (independentemente de qualquer propriedade dos objectos do querer). O princípio de autonomia diz: escolher sempre de tal modo que a própria volição abarque as máximas da nossa escolha como lei universal.

Nesse sentido, propõe-se uma educação voltada para o exercício racional da liberdade para que os determinismos sejam superados e o homem possa fazer-se a partir de projectos que se propõe racional e livremente. Ora, o ser humano não está enclausurado ao determinismo, ele é inconcluso, e enquanto inconcluso, precisa humanizar-se, o que abre a possibilidade de ser livre,

Da análise das reflexões filosófico-educacionais abordadas por Kant nos seus escritos constata-se que elas voltam criticamente sobre os modelos sociais e educacionais promotores de heteronomia. Por isso, a partir de Kant e Freire, devemos reflectir sobre caminhos para a autonomia, caminhos para uma educação que busca formar homens que não tenham sua individualidade e liberdade anuladas por mecanismos e sistemas massificadores, caminhos para superar a estetização do nosso tempo que leva ao individualismo e à indiferença ao humano, caminhos para superar a colonização que a razão instrumental promove nas diversas esferas do mundo da vida gerando uma sociedade em muitos aspectos desumanizante e irracional.

Neste sentido a ideia de Illich é pertinente: *“Basicamente, as escolas deixaram de ser dependentes da ideologia professada por determinado governo ou organização mercantil. É preciso usar a tecnologia moderna para tornar a liberdade de expressão, de reunião e imprensa verdadeiramente universal e, portanto, plenamente educativa”* (ILLICH, 1985: 86). A educação passará, entretanto, a ser em si um acto de criação, capaz de desencadear outros actos. Esta acção pode ser comparada a maiêutica socrática *“Arte de parteira, Sócrates compara seus ensinamentos a essa arte porquanto, consistem em dar à luz conhecimentos que se formam na mente de seus discípulos”* (ABBAGNAMO, 1998: 637).

Como a formação é imprescindível para que o homem seja livre, a educação da vontade é necessária para a promoção da autonomia. Em tempos em que se está optando por vigiar em vez de formar, propõe-se uma aposta no ser humano, em sua possibilidade de ser autónomo e auto-responsabilizar-se. Propõe-se uma valorização da educação da vontade como uma das coisas necessárias para uma educação democrática, para uma educação em que os sujeitos possam fazer-se com autonomia e reconheçam a dos demais como legítima.

Uma educação que busca promover a autonomia do educando precisa educar para a responsabilidade. Uma vida auto-responsável é aquela que faz a si como obra de arte de tal forma que possa conciliar ética e estética. Ele vai adiante ressaltando o carácter imprescindível da antropologia prática para nos tornar

aptos para aplicar a moral propriamente dita através da nossa faculdade de julgar, que, por sua vez, é aprimorada pela experiência. Precisarmos da antropologia prática para que sejamos capazes de acolher em nossa vontade, pela via da educação e do exercício, as leis morais em seus princípios e também assegurarmos sua eficácia, seja pelo aprendizado pela via da didática ética, seja pela força externa do direito. Uma vez que assegura que, *“o homem, afetado por tantas inclinações, é na verdade capaz de conceber a idéia de uma razão pura prática, mas não é tão facilmente dotado da força necessária para a tornar eficaz in concreto no seu comportamento”* (KANT, 1988: 27). Sendo assim, deve-se, então, como homens que tantas vezes somos vencidos pelas inclinações que menos almejamos, fortalecer nossas máximas de comportamento, nossa subjetividade, pelo cultivo do nosso espírito e com tudo o que faz parte da educação.

CONCLUSÃO

Kant idealizou numa educação que preparasse o homem para a vida, por isso suas ideias de educação centram-se na moralidade. Esta é a explicação do dever que o homem tem de crescer, criar-se e realizar-se. Ora, Kant defende uma educação que tem os valores morais como teor para a formação do carácter humano e a formação da sociedade. Na sua visão, só pela educação podemos tornar os homens melhores. Por isso, a arte de educar não deve ser feita de forma descuidada, mas sim, deve ser pensada para que atinja os seus fins. Kant ao discutir sobre a educação chama à razão a ideia de se educar correctamente, o que supõe que quem se coloca à frente para educar, deva antes certificar-se de ter uma educação correcta. Isto constitui um desafio não só para o período de Kant, mas também para os nossos dias. Entretanto, esta educação pensada por Kant deve ser aquela que visa o futuro. Não deve perspectivar simplesmente o hoje e o agora, mas o amanhã da humanidade, tendo em vista levar o homem ao alcance de bons hábitos e práticas das virtudes, pois, seu fim último é a formação do carácter humano.

A educação na óptica Kantiana é um projecto. Partindo-se da concepção percebe-se que a educação necessária ao desenvolvimento das disposições naturais como um processo, um vir a ser, perpassa diferentes estágios e fases tendo o homem como meta final, como um fim em si mesmo e não como um meio. Um processo que não está limitado exclusivamente ao individual, mas à espécie, isto é, à humanidade. Considerando ainda que esse processo não se refere ao tempo, às ações imediatas e restritas, mas vê a educação como algo progressivo que há de se desenvolver de forma cosmopolita ao propósito de alcançar um fim: o esclarecimento, a moralização. A geração presente depende da anterior e a geração do futuro da presente. Tudo isso e tantas outras razões asseguram a educação como projeto. Esta educação promotora da autonomia é a que promove a formação da totalidade do humano, o que além da capacitação técnico-científica, envolve formação política, ética e estética. A educação tecnicista, verbalista, que prima pela memorização mecânica inibe a curiosidade, a criatividade e a criticidade, obstaculizando a promoção da autonomia, por isso, a educação precisa ser activa, instigadora da imaginação, instigadora do ato de perguntar e investigar, mas sem anular a memória que deve existir a serviço das demais faculdades. Embora autonomia e conhecimento possuam uma relação de contingência, a capacitação, a aquisição de

conhecimentos, é necessária para que haja a possibilidade de realização dos projectos livremente estabelecidos para si. A ampliação dos conhecimentos amplia o poder de realizar, e, em consequência, o poder de ser autónomo. Pode-se também defender a educação como formação do humano que se dá como processo de gestação da autonomia do pensamento, da acção e da palavra. Do pensamento, na medida em que leva a pensar por si mesmo de acordo com princípios racionais e a revelia das coacções externas, dogmas, mitos, ignorâncias, alienações. Da acção, na medida em que capacita para a realização dos projectos que o homem se propõe livremente. Da palavra, na medida em que na nossa sociedade existimos pela palavra, por isso, para que alguém seja autónomo precisa aprender a dizer a sua palavra.

Kant, entretanto, mostra o caminho da moralidade e desperta no ser racional o que para ele é uma grande luz. A luz da razão. O homem é livre na medida em que se submete à lei moral que ele próprio legisla e é a existência da lei moral objectiva que torna possível o reino dos fins. Para Kant a moral é a deusa velada diante da qual nos ajoelhamos, em sua majestade invulnerável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. (1998). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. (2005). *História da Educação*. São Paulo: Moderna.
- ASSIS, Machado de. (2007) *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- CHAUÍ, Marilena. (2000). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática.
- FÁVERO, Altair A.; DALBOSCO, Cláudio A.; MÜHL, Eldon H. (Orgs.). (2003). *Filosofia, Educação e Sociedade*. Passo Fundo, Universitária.
- FEYERABEND, Paul. (1977). *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- FERREIRA, Manuel. (1988) *Kant e a Educação*. Lisboa: Presença.
- FREIRE, Paulo. (1979). *Educação e mudança*. 24.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GILES, Thomas Ransom. (1987). *História da Educação*. São Paulo: EPU.
- HESÍODO. (2005). *Os Trabalhos e os Dias; Teogonia*. São Paulo: Cultrix.
- ILLICH, Ivan. (1985). *Sociedade sem escolas*. Brasil: Vozes.
- JESUS, Anabela Gomes de, et all. (2010). *Resenhas educativas/education review*. Braga: Universidade do Moinho.
- KANT, Immanuel. (1999). *Sobre a pedagogia*. Piracicaba: unimep.
- _____. (1988). *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. de Paulo Quintela. Lisboa:Edições 70.
- _____. (1978). *Crítica da Razão Prática*. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes
- LAGO, Manuel. (2002). *Educação e Filosofia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MARCONDES, Danilo.(1997). *Iniciação à História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MORA, José Ferrater. (1978). *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Dom Quixote.

MORIN, Edgar. (2003a). *A cabeça Bem-Feita: repensar a reforma ou reformar o pensamento*. Eloá Jacobina (Trad.). 8. ed., Bertrand Brasil.

_____.(2002a). *O problema epistemológico da complexidade*. 3. ed., Mira-Sintra, Mem Martins, Publicações Europa-América.

_____; CIURANA, E. Roger; MOTTA, Raúl. (2003). *Educar na era planetária: O pensamento complexo como Método de aprendizagem no erro e na incerteza humana*. São Paulo: Cortez.

MORENTE, Manuel García. (1980). *Fundamentos de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou.

NGOENHA, Severino Elias. (2014) *O Retorno do Bom Selvagem: uma perspectiva filosófico-africana do problema ecológico*. Maputo: Paulinas.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. (1990). *História da Filosofia*. São Paulo: Paulus

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1995). *Emílio ou Da Educação*. 3. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2008). *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed., São Paulo, Cortez.

TEIXEIRA, Anísio; WESTBROOK, Robert B. John Dewey. (2010). Trad. José Eustáquio Romão e Verone Lane Rodrigues. Brasil, CIP, 2010.

_____. (1995). *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

ZATTI, Vicente. (2007) *Educação e autonomia em Kant*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

FONTE ELECTRONICA

DE ALENCAR, Maria do Socorro Gurgel Serra. (2007). *A moralidade em Kant: Fundamentação da metafísica dos costumes*. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará. Disponível em http://www.academia.edu.>A_mor... Acesso aos 04 de Abril de 2025.

DE SOUSA JUNIOR, Elias.(2005). *Educação e moral no pensamento de Kant*. Maringá. Disponível em <http://www.ppe.uem.br/dissertação/2005>. Acesso: 04 de Abril de 2025.